

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

Processo : 6019.2022/0003214-2
Licitação : Convite nº 06/SEME/2023
Objeto : **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADOS NO CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA LOCALIZADO NA AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554, JARDIM NOSSA SENHORA DO CARMO, SÃO PAULO, SP, CEP 08270-460.**
Recebimento das propostas : Até às 10h00 horas do dia 04/08/2023
Abertura das propostas : Às 10h30 horas do dia 04/08/2023
Local : Alameda Iraé, nº 35 – Moema
(Sala de reunião da Assessoria Técnica de Planejamento Estratégico – SEME/GABINETE)
Tipo : **MENOR PREÇO**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEME comunica a realização de LICITAÇÃO, na modalidade CONVITE, do tipo menor preço, regime de execução empreitada por preço global, que será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, as Leis Municipais nºs 13.278/02 e 14.145/06, a Lei Complementar Federal nº 123/06, os Decretos Municipais nº 44.279/03 e 56.475/2015 e demais normas complementares, inclusive deste edital e seus Anexos.

O extrato do instrumento convocatório encontra-se afixado em local visível no quadro de avisos da Assessoria Técnica, sendo que o edital de licitação (e seus anexos) poderá ser obtido mediante “download” na página https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio Observação: no campo “BUSCA EM MATÉRIAS” digitar o número do processo SEI. O edital poderá ser obtido mediante gravação, na Assessoria Técnica, na Alameda Iraé, nº 35 - Moema, das 10h00 às 16h00 horas, mediante envio de solicitação pelo e-mail: frcsilva@smsub.prefeitura.sp.gov.br. Podendo ser consultado também pelo sítio eletrônico:

A participação no certame de empresas interessadas que não tenham sido previamente convidadas ficará condicionada a **manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas, com a apresentação do Certificado de Registro Cadastral em vigor, expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB, da Prefeitura do Município de São Paulo, nos termos da Portaria nº 047/SIURB/17, comprovando a inscrição do licitante em ramo de atividade condizente e compatível com o objeto desta licitação, qual seja, no mínimo, II - EDIFICAÇÕES – 2. OBRAS DE REFORMA – GRUPO B; VIII - PROJETOS 1. ARQUITETURA – GRUPO ÚNICO** será anexado na fase externa do processo licitatório.

DISPOSIÇÕES GERAIS

I – OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa de engenharia especializada para revitalização de alambrado no CDC Areão da Vila Carmosina, localizado à Av. Francisco Tranchesi, nº554, Jardim Nossa Senhora do Carmo, São Paulo-SP. Detalhamento do objeto encontra-se no memorial descritivo Anexo II.

II - PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Consoante estabelecido no preâmbulo deste edital somente poderá participar do presente certame as empresas previamente convidadas pela Administração. Para as demais interessadas a participação ficará condicionada à manifestação de seu interesse na apresentação das propostas com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- 2.2. Será vedada a participação das empresas:
- 2.2.1. Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
 - 2.2.2. Sob falência, insolvência civil ou recuperações judiciais e extrajudiciais, exceto no caso de empresas em recuperações judiciais e extrajudiciais, que poderão comprovar a capacidade econômico-financeira através de certidão emitida pela instância judicial competente que certifique a aptidão econômica e financeira a participar deste certame;
 - 2.2.3. Impedidas de licitar e/ou contratar com a Administração Municipal e quaisquer de seus órgãos descentralizados;
 - 2.2.4. Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores;
 - 2.2.5. Reunidas em Cooperativas, conforme Decreto Municipal nº. 52.091/2011.
 - 2.2.6. Que tenham sido condenadas por agressões ao meio ambiente, ou infrações à legislação sobre segurança e saúde no trabalho nos termos da Lei Municipal nº 11.091/91.
- 2.3. As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da **Lei Complementar 123/06**, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 da Lei, devendo, para tanto, serem observadas as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 56.475/2015 (**Anexo X**), **declaração deve estar obrigatoriamente fora do envelope.**

- 2.4. As empresas participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste convite, notadamente das condições gerais e particulares de seu objeto e do local onde serão executadas as obras e/ou serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato.

III – INFORMAÇÕES

- 3.1. As informações relativas à licitação serão prestadas pela Comissão de Licitação, que poderá instar a manifestação das Assessorias Técnicas de Planejamento Estratégico e/ou Unidade Requisitante competente, no endereço da Alameda Iraé, nº 35, nos dias úteis, das 10h00 às 16h00 horas, ou pelo telefone: 3396-6405.

IV - DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE E DAS PROPOSTAS

- 4.1. Sem prejuízo do disposto no subitem 2.1, acima, a empresa participante deverá apresentar, devidamente preenchido, com todos os seus dados, datado e assinado pelo representante legal/procurador da licitante, sob pena de desclassificação, o envelope contendo o **Anexo I – Impresso** Proposta e os documentos abaixo indicados na Assessoria Técnica de Planejamento Estratégico, situada na Alameda Iraé, 35 – Moema, o qual deverá ser apresentado fechado e indevassável, devidamente identificado no seu anverso, conforme segue:

Convite : **N ° 06/SEME/2023**
Processo : **Nº6019.2022/0003214-2**
Recebimento : **Até às 10h00 do dia 04/08/2023**
Abertura : **Às 10h30 do dia 04/08/2023**
Empresa :
Endereço :

- 4.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

4.2.1. Caso a proposta esteja assinada por procurador, deverá a empresa apresentar procuração/credencial, preferencialmente valendo-se do modelo constante do **Anexo V**, constituindo a pessoa que apresentará na licitação, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para receber intimações e, eventualmente, desistir de recursos.

4.2.1.1. As procurações/credenciais serão retidas pela Comissão Julgadora e juntadas ao respectivo processo de licitação.

- 4.3 Cada interessada só poderá apresentar uma única proposta.

4.4 No **envelope-proposta**, a licitante deverá apresentar devidamente preenchidos, os seguintes documentos:

4.4.1 A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

4.4.2 A proposta deverá ser apresentada no original, em uma única via, com identificação da empresa licitante, datilografada, impressa ou em letra de forma legível, datada e assinada por seu representante legal ou procurador da licitante, devidamente identificado com o nome, RG. e cargo na empresa, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, com todos os campos preenchidos, **acompanhada** da PLANILHA DE ORÇAMENTO- Anexo III, da planilha de Composição do BDI – Anexo IV e do Cronograma Físico-Financeiro – Anexo III-A.

4.4.2.1. O Impresso Proposta (**Anexo I**) deverá conter:

- a) o nome, endereço do licitante, nº de inscrição no CNPJ e e-mail, se houver;
- b) data e assinatura do representante legal da empresa, devidamente qualificado (nome e RG);

4.4.2.2. No BDI proposto deverá ser apresentado o **Anexo IV** - Detalhamento do BDI.

4.4.2.3. O Orçamento da Prefeitura foi elaborado com base nos componentes integrantes das composições de custos unitários da Tabela de Custos Unitários indicada no item 6, alínea “a” de II – Disposições Específicas, no qual foi adotado, para cálculo dos encargos relativos às Leis Sociais e Trabalhistas, o percentual de 157,80%, para as obras civis, e de 99,70%, para os serviços de projeto, com horas de profissionais e no Caderno de Critérios Técnicos do Departamento de Edificações que se encontra à disposição dos interessados, para consulta no Portal da Prefeitura de São Paulo (na lista das Secretarias, deve ser selecionada a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, abrir a opção EDIF - Edificações e em seguida, selecionar a opção desejada na Tabela **JANEIRO/2023** ou adquiri-lo no Departamento de Edificações, mediante pagamento do custo público).

4.4.2.4 - Cada interessado somente poderá apresentar uma única proposta, elaborada conforme o modelo constante do **Anexo I** do Edital; a planilha de custos unitários, composição de B.D.I. e Cronograma físico financeiro da licitante deverão acompanhar a proposta, sob pena de desclassificação.

4.4.2.5. Considera-se data da apresentação da proposta, a data da abertura do certame.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

4.4.3. A proposta deverá vir **OBRIGATORIAMENTE**, acompanhada, dos documentos abaixo, no original, ou em cópia(s) reprográfica(s), e dentro do prazo de validade conforme legislação em vigor:

4.4.4. Toda a documentação necessária à habilitação deverá ser relacionada, separada, colecionada e numerada, preferencialmente, na ordem estabelecida neste Edital, em grampo trilho (romeu e julieta).

4.5 Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade do titular da empresa individual, dos sócios das sociedades empresariais e dos diretores das sociedades anônimas;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedade empresarial, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da documentação pertinente à investidura de seus atuais administradores nos respectivos cargos;
- d) Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Arquivamento na Junta Comercial da publicação oficial das Atas de Assembleias Gerais, que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, no caso de sociedades por ações, bem como Ata da Assembleia da última eleição de Diretoria;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.6 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal da sede do licitante, mediante a apresentação conjunta da Certidão de Tributos, Contribuições Federais e Contribuições Sociais (INSS), expedida pela Secretaria da Receita Federal e da Certidão da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria
- d) Prova de regularidade com a Fazenda do Município de São Paulo, relativa aos tributos relacionados com as atividades objeto do pedido de inscrição, mediante a apresentação de certidão de tributos mobiliários expedida pela Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Município de São Paulo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

- d.1) A exigência deste item é aplicável também aos interessados com sede fora do Município de São Paulo;
- d.2) Caso não sejam cadastrados como contribuintes neste Município, deverão apresentar declaração, firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada devem à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com as atividades objeto do pedido de inscrição.
- e) Prova de regularidade perante Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação (CRF);
- f) Prova de regularidade trabalhista, por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida a partir de consulta ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) da Justiça do Trabalho.
- g) Certidão Negativa de Débitos referentes a tributos Estaduais da sede da Licitante.

4.6.1 A prova relativa à regularidade fiscal deverá ser feita através da apresentação das Certidões Negativas retro mencionadas, ou Certidões Positivas com efeito de negativa, ou, ainda, certidão positiva cujos débitos estejam judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa por decisão judicial, devendo esta situação ser comprovada na própria certidão ou mediante a apresentação de certidão de objeto e pé da respectiva ação judicial.

4.7 Idoneidade Financeira:

- a) Certidão negativa de pedido de falência ou de ações de recuperações judiciais e extrajudiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura dasessão, se outro prazo não constar do documento. No caso de empresas em recuperações judiciais e extrajudiciais, poderão comprovar a capacidade econômico-financeira através de certidão emitida pela instância judicial competente que certifique a aptidão econômica e financeira a participar deste certame.
- b) No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar a certidão de Objeto e Pé, expedida pelo órgão competente, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).
- c) No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento relativos à solvência ou não da licitante, expedido pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica, em data não superior a 60(sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

4.8 Vistoria Técnica:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

- a) Em atendimento ao determinado no Art. 38 da Lei Municipal nº 17.273/20, as empresas que decidirem NÃO REALIZAR VISTORIA TÉCNICA deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação declaração nos moldes do Anexo VII-A do edital, assinada pelo responsável técnico, acompanhada do CREA da Pessoa Jurídica, de **que está ciente de que não serão atendidas solicitações durante a execução da obra sob o argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho ou de dados deste projeto, bem como declara que tem pleno conhecimento das condições do local da realização do objeto da contratação.**

A licitante que optar por REALIZAR A VISTORIA deverá agendar, em até 48h antes da data prevista para a abertura do certame, sob pena de desclassificação, pelos telefones **(011) 3396-6442 ou 3396-6492, na Divisão de Engenharia e Serviços de Manutenção (DESM), com Eng. Ricardo Fulasi Natali, RF 914.162.6 – CREA-SP 5068958210 SUBSTITUTO Eng.º Marcelo Penha Martins. RF 626.247.3 – CREA-SP 601848759,** da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer para esclarecer as dúvidas pertinentes e certificar o comparecimento, mediante apresentação do Atestado de Vistoria Técnica – Anexo VII do edital.

- b) A declaração de vistoria ou não vistoria deverá conter a assinatura do engenheiro da Divisão de Engenharia e Serviços de Manutenção (DESM) da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, bem como por quem detém poderes de representação da licitante e pelo responsável técnico engenheiro civil e/ou arquiteto, conforme resolução CONFEA 218/73 e DECRETO 23.569/33 (responsável técnico) e deverá ser entregue na Divisão de Engenharia e Serviços de Manutenção (DESM) **até dia 03 de agosto de 2023, das 10h00 às 16h00.**

4.9 Qualificação Técnica:

Capacidade técnica da licitante (convidadas ou cadastradas em SIURB):

a) Certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;

b) Comprovação pela interessada de possuir, em seu quadro permanente, até a data da entrega dos envelopes, profissional de nível superior ENGENHEIRO CIVIL OU ARQUITETO, OU OUTRO PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR, CONFORME RESOLUÇÃO CONFEA 218/73 E DECRETO 23.569/33 (RESPONSÁVEL TÉCNICO) detentor de atestado de responsabilidade técnica profissional competente (com registro no sistema CREA/CONFEA/CAU)

- b1) A comprovação referida deverá ser feita por meio da apresentação do contrato social, carteira de trabalho, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

- c) Atestado de responsabilidade técnica, comprobatório de desempenho anterior em atividade condizente e compatível com o objeto da licitação, cujo detentor seja o profissional citado no item “b”, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado acompanhado do Certificado de Acervo Técnico – CAT – expedido pela entidade profissional competente (registro no sistema CREA/ CONFEA/CAU). O(s) atestado(s) deverá (ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, em original ou cópia autenticada por Cartório competente, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu.
- d) Serão consideradas de maior relevância as parcelas indicadas abaixo, conforme Súmula 24 do TCE/SP:

DISCRIMINAÇÃO DO ITEM
FP.03 - ALAMBRADO PARA QUADRAS DE ESPORTE - GP.6/EDIF - TG/4,5M

Serão consideradas de maior relevância as parcelas nas quantidades mínimas indicadas abaixo:

DISCRIMINAÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE
FP.03 - ALAMBRADO PARA QUADRAS DE ESPORTE - GP.6/EDIF - TG/4,5M	80	m

- e) Entende-se como Certidão de Acervo Técnico do CREA/CAU (CAT) válida para efeitos de comprovação de capacidade técnica para esta licitação, aquelas expedidas, conforme Resolução 218 de 29 de junho de 1973 do CONFEA.
- f) Atestado comprobatório de desempenho anterior da empresa em atividade condizente e compatível com o pedido de inscrição, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com indicação do local, natureza, descrição, quantitativos e outras características dos serviços e/ou obras, devidamente registrado na entidade profissional competente (registro no sistema CREA /CONFEA/CAU).
- g) Relação de equipamentos da empresa, adequados, disponíveis e compatíveis com o objeto da licitação, devidamente assinada pelo seu representante legal;
- h) Indicação das instalações da empresa, devidamente assinada pelo seu representante legal, evidenciando matriz ou filial no Município de São Paulo, se houver;
- i) Relação nominal dos integrantes da equipe técnica mantida pela empresa, devidamente assinada pelo seu representante legal, em regime permanente, com as respectivas qualificações profissionais, que deverão possuir habilitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

compatível com a natureza das obras e/ou serviços correspondentes ao objeto da licitação;

j) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo VI

k) Declaração de vistoria devidamente assinada por quem detém poderes de representação da licitante e pelo responsável técnico engenheiro civil e/ou arquiteto, (responsável técnico ou outro profissional de nível superior, conforme resolução CONFEA 218/73 e DECRETO 23.569/33 (responsável técnico) que realizou a vistoria -ANEXO VII; e/ou Declaração de ausência de vistoria técnica, assinada pelo responsável técnico da licitante e da Secretaria - ANEXO VII-A;

4.10. O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias corridos, a partir da data da sessão de abertura do certame, sendo que a ausência de manifestação até o seu vencimento será considerado como renovação tácita, por igual período.

4.11. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo ser os serviços fornecidos a PMSP sem ônus adicionais.

4.12. Os documentos deverão estar com sua validade em vigor na data da abertura dos Envelopes-proposta.

4.13. No tocante aos materiais e às instalações de sua propriedade, poderá a licitante declarar, expressamente, que renuncia, parcial ou totalmente, à correspondente remuneração, de acordo com o disposto no parágrafo 3º, do artigo 44, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, conforme modelo do Anexo VIII do Edital.

V - DA SESSÃO DE ABERTURA

5.1. Na sessão de abertura, que se realizará no local, dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital, as empresas participantes poderão fazer-se representar diretamente por um diretor ou um de seus sócios, ou indiretamente por meio de procuração ou de Credencial (modelo do **Anexo V**).

5.1.1. Quando a empresa se fizer representar por seu diretor ou um de seus sócios, deverá ser apresentado o respectivo Contrato Social ou Ata de eleição da diretoria, que comprovem os poderes de representação.

5.1.2. Em se tratando de Procuração ou Credencial, deverá haver menção expressa de conferência de poderes amplos, inclusive para receber intimação e/ou desistir de recursos e identificação clara do subscritor, conforme modelo do **Anexo V** deste edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

- 5.1.3. Os contratos sociais, procurações ou cartas credenciais, acompanhados, da cédula de identidade, respectivamente, do diretor ou sócio da empresa, do procurador ou representante credenciado, serão apresentados em separado à Comissão Julgadora, que os examinará no início da Sessão de Abertura.
- 5.1.4. Os documentos de representação acima referidos serão retidos pela Comissão Julgadora e juntados ao processo administrativo.
- 5.1.5. Durante os trabalhos da Sessão de Abertura, só será permitida a manifestação oral ou escrita de representantes legais ou credenciados das empresas participantes, que constará de ata, cabendo recursos quanto a seus efeitos, não sendo permitidas refutações orais.

5.2. Da abertura do Envelope-Proposta

- 5.2.1. No início da Sessão de Abertura, o(s) Envelope(s) - Proposta e os documentos de credenciamento retidos serão rubricados pelos membros da Comissão Julgadora e, se desejarem, pelos representantes legais ou credenciados presentes.
- 5.2.2. Aberto o Envelope-Proposta, a Comissão Julgadora examinará a proposta apresentada e decidirá sobre a sua classificação ou desclassificação, dando ciência do fato aos interessados, na própria sessão ou por publicação no D.O.C.
 - 5.2.2.1. O conteúdo do Envelope-Proposta também será rubricado pelos membros da Comissão Julgadora e, pelos representantes legais ou credenciados presentes.

5.3. Da classificação das Propostas.

- 5.3.1. Somente serão levadas em consideração, para efeito de julgamento, as propostas apresentadas de acordo com as exigências legais e regulamentares do presente Convite.
- 5.3.2. As propostas serão classificadas em ordem crescente dos valores totais ofertados pelas licitantes no Impresso Proposta, conforme **Anexo I** do Edital.
 - 5.3.2.1. Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e seus respectivos extensos, prevalecerão sempre estes últimos.
- 5.3.3. Para análise das propostas será considerado, como parâmetro, os valores da Planilha de Orçamento de Custos Básicos da PMSP, cujo total está indicado no item "5", alínea "a", de II-DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS, bem como o valor das Despesas Indiretas, constante do item "5", alínea "b", de II -

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS, os quais, somados, totalizam o valor indicado no item “5”, alínea “c”, de II-DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS.

5.3.4. A Comissão de Licitação poderá, a seu critério, notificar as licitantes, pelo Diário Oficial da Cidade de São Paulo, para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a viabilidade de sua proposta, na forma estabelecida no artigo 48, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser solicitada a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Composição de custos unitários, onde conste componentes, coeficientes, preços de insumos e Leis Sociais e Trabalhistas
- b) Detalhamento das Leis Sociais e Trabalhistas;

5.3.4.1. Não serão aceitos preços unitários superiores àqueles constantes da Planilha de Orçamento de Custos Básicos da PMSP (**Anexo III**).

5.3.5. Verificada a absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, a Comissão Julgadora procederá, de imediato, ao desempate, por sorteio, em ato público.

5.3.6 Serão **desclassificadas**:

5.3.6.1. As propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação ou as apresentadas em desacordo com a legislação vigente;

5.3.6.2. As propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, nos termos do disposto no artigo 48, inciso II, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação conferida pela Lei Federal nº 9.648/98, bem como as que não atendam, especificamente, as exigências contidas no subitem 4.4.1.e, ainda, as exigências da Comissão de Licitação, formuladas nos termos do item 5.3.4 acima.

5.3.6.2.1. Para fins do disposto no artigo 48, §1º, da Lei 8.666/93, será exigida, para a assinatura do contrato, garantia adicional, nos termos do §2º do mesmo artigo.

5.3.6.3. As propostas que apresentem preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, nos termos do disposto no parágrafo 3º, do art. 44, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

- 5.3.6.4. As propostas apresentadas com borrões, rasuras, erros, entrelinhas, emendas, ressalvas ou omissões, que, a critério da Comissão Julgadora, comprometam o seu conteúdo.
- 5.3.6.5. As propostas com valor unitário e/ou global superior ao Orçamento da Prefeitura, constante do item 5.c do tópico II - Disposições Específicas do Edital (Súmula 259 do TCU).
- 5.3.6.6. As propostas que não estiverem assinadas ou assinadas por pessoa não credenciada para fazê-lo.

5.4. Da Adjudicação e Homologação

- 5.4.1. Efetuada a classificação e no caso de não ter sido interposto qualquer recurso, a Comissão Julgadora adjudicará o objeto do certame à licitante declarada vencedora e remeterá o processo administrativo para a autoridade competente para homologação do procedimento a seu critério, nos termos da legislação vigente, fazendo publicar o resumo dos atos no Diário Oficial da Cidade, e convocação oportuna da adjudicatária para subscrever o contrato.
- 5.5. Das sessões realizadas, lavrar-se-ão atas circunstanciadas, que serão assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes legais ou credenciados presentes.
- 5.6. As dúvidas que surgirem durante as sessões serão resolvidas pela Comissão Julgadora, na presença dos participantes, ou relegadas para ulterior deliberação, a juízo do Presidente, devendo o fato constar de ata, em ambos os casos.
- 5.7. É facultado à Comissão Julgadora, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

VI - DOS RECURSOS

- 6.1. Eventuais recursos serão dirigidos à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, na forma e prazo estabelecidos na Lei Municipal n. 13.278/2002 e 14.145/06, Decreto nº 44.279/03, normas gerais da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, e deverão ser protocolados na Assessoria Técnica de Planejamento estratégico da SEME, nos dias úteis, no horário das 10h00 às 16h00 horas.

VII - DOS PREÇOS E REAJUSTE

- 7.1. O preço global para execução do objeto da presente licitação será o constante das Planilhas de Orçamento de Custos Básicos apresentados pela licitante (**Anexo III**), ou os preços do Orçamento de Custos Básicos da PMSP mantidos pela licitante, sobre os quais incidirá o BDI proposto.
- 7.1.1 Este preço deve incluir todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos fiscais, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita prestação do objeto desta licitação, de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida.
- 7.2. Os preços oferecidos na proposta vencedora não serão atualizados para fins de contratação, a não ser, *excepcionalmente*, quando a mesma ocorrer após 01 (um) ano da sua apresentação, caso em que deverá ser utilizado o índice “Edificações em Geral”, da Tabela “Construção Civil”, publicado pela Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do artigo 4º, §4º, do Decreto nº 25.236/87.
- 7.2.1. Os preços oferecidos remunerarão todas as despesas necessárias à execução dos serviços, bem como as despesas da CONTRATADA com as ligações provisórias de água, luz e esgoto, as despesas com cópias de desenhos que venham a ser utilizados e aquelas decorrentes da elaboração de controle tecnológico.
- 7.3. Os preços para execução de eventuais serviços extracontratuais serão os previstos na Tabela de Custos Unitários referida no item "6", alínea "a", de II - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS, sobre os quais incidirá a variação entre o preço total oferecido na proposta e o preço total constante do orçamento da Prefeitura e, ainda, o B.D.I. proposto.
- 7.3.1. Quando não constantes da referida Tabela de Custos Unitários, os preços dos serviços extracontratuais serão compostos com base nos preços praticados pelo mercado, retroagidos à data base da Tabela de Custos Unitários, citada no item “6”, alínea “a” de II - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS, utilizando-se como deflator o índice contratual definitivo relativo ao mês em que se deu a composição, sobre os quais incidirá a variação entre o preço total oferecido na proposta e o preço total constante do orçamento da Prefeitura e, ainda, o B.D.I. proposto.
- 7.3.2. Não estando disponível o índice definitivo mencionado no item anterior, deverá ser utilizado índice provisório, em caráter precário, devendo o Termo de Aditamento respectivo conter cláusula de adequação dos preços compostos, tão logo seja divulgado o índice definitivo.

VIII - DA CONTRATAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

- 8.1. A minuta do Contrato que será firmado entre a Administração e o licitante vencedor integra o presente Convite (**Anexo IX**).
- 8.2. Quando convocada a subscrever o Contrato, a adjudicatária deverá fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias corridos da data do recebimento da convocação, atendendo às seguintes disposições:
 - 8.2.1. Apresentar Certidão atualizada de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA ou Conselho Regional de Arquitetura – CAU – SP;
 - 8.2.1.1. Caso a licitante vencedora da presente licitação esteja sediada em outro Estado, deverá providenciar, até a data da assinatura do Contrato, o visto do CREA-SP na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica.
 - 8.2.2. Indicar o responsável técnico pela execução do objeto do contrato, necessariamente, o já indicado na licitação, e o preposto que o representará durante a execução dos trabalhos;
 - 8.2.2.1. O responsável técnico indicado na licitação apenas poderá ser substituído, mediante prévio conhecimento e aceitação da Administração, caso haja justificativa plausível para tanto, devendo o profissional substituto preencher todos os requisitos de habilitação exigidos no convite.
 - 8.2.3. Apresentar cronograma físico-financeiro da execução das obras e/ou serviços, compatível com o prazo previsto no Edital para sua realização, que deve ser aceito pela Prefeitura;
 - 8.2.4. Apresentar Guia de Recolhimento da ART (CREA) e, se for o caso, RRT (CAU) do responsável técnico;
 - 8.2.5. Apresentar comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo e certidão comprobatória de regularidade perante a Prefeitura do Município de São Paulo, referente aos tributos mobiliários;
 - 8.2.6. Comprovar a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, conforme itens 4.6 a 4.7 acima, além da prova de regularidade junto ao Cadastro Informativo Municipal - **CADIN MUNICIPAL** (Lei Municipal nº 14.094/2005, regulamentada pelo Decreto nº 47.096/2006), mediante impressão da consulta feita no site da Prefeitura;
 - 8.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

- 8.3. Os documentos citados no item precedente deverão estar dentro do prazo de validade na data da assinatura do Contrato.
- 8.4. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado por escrito, durante seu transcurso, e ocorrendo motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.
- 8.5. O desatendimento às exigências constantes do item 8.2, no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, ensejará a aplicação da multa estabelecida no item 10.1.
- 8.6. Havendo recusa da adjudicatária em assinar o Contrato no prazo estabelecido, é facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.
- 8.7 A critério exclusivo da Contratante, mediante prévia e expressa autorização do Titular da Pasta, a Contratada poderá, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, como única responsável perante o Município, **SUBCONTRATAR** parte do serviço, até o limite de **20%** (vinte por cento) do valor contratual, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, sendo causa de rescisão contratual aquela não formalmente autorizada.
- 8.7.1. Havendo subcontratação, deverá ser demonstrado e documentado de que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, a parte principal dos serviços de que trata este edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.
- 8.7.2. A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante a Prefeitura do Município de São Paulo, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.
- 8.7.3. As empresas subcontratadas devem comprovar, perante a Prefeitura, que atendem às mesmas exigências assumidas pela contratada, demonstrando sua regularidade jurídica, fiscal e previdenciária.
- 8.7.4. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre a PMSP/SEME e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie com a subcontratada, inclusive no que se refere à medição e ao pagamento direto à subcontratada, com exceção das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), por expressa disposição em lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

- 8.7.5. A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de quinze dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 8.8. As alterações contratuais obedecerão ao disposto na Lei Municipal 13.278/02, Decreto nº 44.279/03 e Lei Federal nº 8.666/93, bem como as alterações posteriores.
- 8.9. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá: oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma

IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços, que deverão ser efetuados, de acordo com o estabelecido nas normas deste Convite, em especial do Memorial Descritivo constante do **Anexo II**, bem como, atendendo às demais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e a legislação em vigor, responsabilizando-se pelos danos decorrentes da realização de referidos trabalhos.
- 9.2. A Contratada obriga-se a corrigir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que tenham vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua elaboração, para que as obras e/ou serviços oriundos do projeto sejam entregues em perfeitas condições, a critério da fiscalização da SEME.
- 9.3. A Contratada será responsável pelo cumprimento das normas e segurança do trabalho, devendo exigir de seus funcionários o uso dos equipamentos de proteção individual.
- 9.4. A Contratada será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como por todas as despesas necessárias à realização dos serviços, custos com fornecimento de materiais, mão de obra e demais despesas indiretas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

- 9.5. Os profissionais indicados pela licitante, que deverão participar da execução dos serviços objeto da licitação, terão comprovada qualificação técnica, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela SEME.
- 9.6. A Contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas por ocasião do procedimento licitatório.
- 9.7. Atender ao disposto no § único do art. 111 da lei 8666.

X - DAS PENALIDADES

- 10.1. A recusa ou impossibilidade da adjudicatária em assinar o Contrato, sem justificativa aceita pela Administração, dentro do prazo estabelecido, implicará na multa de 20% (vinte inteiros por cento) do valor da proposta e na suspensão temporária do direito de licitar e contratar pelo prazo máximo de 02 (dois) anos com a PMSP, a critério da Administração, conforme previsto na Lei Federal nº 8.666/93.
- 10.2. Em caso de inexecução total ou parcial do ajuste, a Contratada estará sujeita às consequências previstas no Capítulo III, Seções IV e V, da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Municipal nº 13.278/02 e demais normas aplicáveis, conforme disposto no respectivo contrato (**Anexo IX**).
- 10.3. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.
- 10.4. O valor da multa será atualizado monetariamente, nos termos da Lei 10.734/89, Decreto 31.503/92, e alterações subsequentes.
- 10.5. As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a que tiver direito a Contratada, sem prejuízo de eventual cobrança judicial.
- 10.6. As licitantes e a Contratada estarão ainda, sujeitas às sanções penais previstas na Seção III, do Capítulo IV, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.
- 10.7. À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, der causa a tumultos durante a sessão pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as seguintes penalidades, a critério da Administração:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

10.7.1. Multa de até 20% (vinte inteiros por cento) do valor da proposta;

10.7.2. Pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

XI - DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S/A, indicada pela Contratada, em até 30 dias, conforme dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93.

11.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará na aceitação dos serviços.

XII - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

12.1. O Termo de Recebimento Provisório deverá ser lavrado de ofício pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado e assinado pelas partes, dentro dos 15 (quinze) dias corridos que se seguirem ao término do prazo contratual, e/ou execução dos serviços contratuais.

12.2. A CONTRATADA se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que tenham vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.3. O responsável técnico pela fiscalização, por parte da SEME, ao considerar o objeto do Contrato concluído, comunicará o fato à Chefia da sua Unidade, mediante parecer circunstanciado, que servirá de base à lavratura do Termo de Recebimento Definitivo.

12.4 O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado observando-se o disposto no artigo 73 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

12.5. A responsabilidade da Contratada pela qualidade e correção dos serviços elaborados, bem como por sua adequação à legislação e às técnicas vigentes à época da sua execução, subsistirá na forma da lei, mesmo após seu Recebimento Definitivo, podendo ser convocada a qualquer momento para resolução de problemas oriundos dos trabalhos contratados.

12.5.1. O responsável técnico da Contratada poderá ser convocado, a qualquer momento, para resolução dos problemas oriundos do projeto, correção de detalhes construtivos, esclarecimentos de omissões de falhas de especificações e etc., até a conclusão e

recebimento definitivo das obras baseadas nos serviços objeto do Contrato.

XIII -CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS RELACIONADOS À FORMALIZAÇÃO E À EXECUÇÃO DESTE AJUSTE

- 13.1.** A Contratada obriga-se a tratar como “segredos comerciais e confidenciais”, e não fazer uso comercial de quaisquer informações relativas aos serviços ora ajustados, utilizando-os apenas para as finalidades previstas, não podendo revelá-los ou facilitar sua revelação a terceiros.
- 13.2.** As obrigações de confidencialidade previstas acima estendem-se aos funcionários, prestadores de serviços, prepostos e/ou representantes da Contratada.
- 13.3.** A obrigação anexa de manter confidencialidade permanecerá após o término da vigência deste ajuste e sua violação ensejará aplicação à parte infratora de multa, sem prejuízo de correspondente imputação de responsabilidade civil e criminal.
- 13.4.** Quaisquer tratamentos de dados pessoais realizados no bojo do presente ajuste, ou em razão dele, deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, e de normas complementares expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e pela SEME.
- 13.5.** Havendo necessidade de compartilhamento de dados pessoais no contexto deste ajuste, serão transferidos somente os dados estritamente necessários para a perfeita execução do objeto acordado, os quais deverão ser utilizadas estritamente para tal fim.
- 13.6.** O compartilhamento de dados, quando necessário, dar-se-á sempre em caráter sigiloso, sendo vedado à Contratada transferir, ou de qualquer forma disponibilizar, as informações e os dados recebidos da SEME a terceiros, sem expressa autorização da SEME.
- 13.7.** No caso de transferência de dados a terceiros, previamente autorizada pela SEME, a Contratada deverá submeter terceiros às mesmas exigências estipuladas neste instrumento, no que se refere à segurança e privacidade de dados.
- 13.8.** A Contratada deverá eliminar quaisquer dados pessoais recebidos em decorrência deste acordo, sempre que determinado pela SEME, e com expressa anuência da SEME, nas seguintes hipóteses:
- a) caso os dados se tornem desnecessários;

Assessoria de Planejamento Estratégico

b) se houver o término de procedimento de tratamento específico para o qual os dados se faziam necessários;

c) ocorrendo o fim da vigência do ajuste.

- 13.9.** A Contratada deverá adotar e manter mecanismos técnicos e administrativos de segurança e de prevenção, aptos a proteger os dados pessoais compartilhados contra acessos não autorizados e contra situações acidentais ou ilícitas que envolvam destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, obrigando-se a proceder às adequações demandadas pela SEME, com o fim de resguardar a segurança e o sigilo dos dados.
- 13.10.** A Contratada e a SEME deverão registrar todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas em razão deste ajuste.
- 13.11.** A Contratada deverá comunicar à SEME, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ciência do fato, a ocorrência de qualquer situação que possa acarretar potencial ou efetivo risco ou danos aos titulares dos dados pessoais, e/ou que não esteja de acordo com os protocolos e com as normas de proteção de dados pessoais estabelecidos por lei e por normas complementares emitidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- 13.12.** A Contratada deverá disponibilizar à SEME todas as informações e documentos necessários para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas nesta seção, permitindo e contribuindo, conforme conveniência e oportunidade da SEME, com eventuais auditorias conduzidas pela SEME ou por quem estiver por ela autorizado.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1.** Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da proposta implicará na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Convite.
- 14.2.** Todos os documentos expedidos pela Contratada deverão ser subscritos por seu representante legal.
- 14.3.** A Prefeitura se reserva o direito de executar, direta ou indiretamente, no mesmo local, obras e/ou serviços distintos dos abrangidos na presente licitação.
- 14.4.** A Prefeitura se reserva o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, adiar, revogar ou mesmo anular a presente licitação, sem que isso represente motivo para que as empresas participantes pleiteiem qualquer tipo de indenização.

Assessoria de Planejamento Estratégico

- 14.5. Eventuais impugnações ao presente Edital deverão ser dirigidas à Comissão de Licitação, na forma e nos prazos previstos pelas disposições legais e deverão ser protocoladas na Assessoria Técnica de Planejamento Estratégico, sala 59, na Alameda Iraé, nº 35 – Moema - nos dias úteis, no horário das 10:00 às 16:00 horas.
- 14.6. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o interessado de participar do procedimento licitatório.
- 14.7. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Edital o interessado que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder ao recebimento dos envelopes, o que caracterizará a aceitação de todos os seus termos e condições.
- 14.8. Maiores informações sobre a presente licitação poderão ser obtidas no local e horário estabelecidos no item "10", de II - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS.
- 14.9. A apresentação dos documentos necessários (incluindo-se os de credenciamento) observará as disposições do Decreto Municipal nº 49.356/08.

14.10. Integram o Edital os anexos seguintes:

Anexo I - Impresso Proposta;

Anexo II – Memorial Descritivo;

Anexo III – Planilha de Orçamento de Custos Básicos – estimativa da Prefeitura;

Anexo III-A – Cronograma Físico Financeiro – estimativa da Prefeitura;

Anexo IV – Detalhamento do B.D.I.

Anexo V - Credenciamento para a Sessão Pública;

Anexo VI - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do ART. 7º da Constituição Federal;

Anexo VII - Modelo de Atestado de Vistoria Técnica;

Anexo VII-A - Modelo de Atestado de Ausência de Vistoria Técnica;

Anexo VIII - Modelo de Declaração – Materiais e Instalações de propriedade do próprio licitante;

Anexo IX - Minuta de Contrato

Anexo X-Declaração de enquadramento na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/06 e da inexistência da superveniência de fatos supervenientes que conduzam ao desenquadramento.

- 14.11. A Comissão de Licitação responsável pelo procedimento desse certame foi constituída pela Portaria nº 207/SEME-G/2022, publicada no DOC de 30/07/2022.

II - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADOS NO CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA LOCALIZADO NA AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554, JARDIM NOSSA SENHORA DO CARMO, SÃO PAULO, SP, CEP 08270-460.

2. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços e obras objeto do contrato decorrente da presente licitação deverão ser executados no prazo de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Início.

3. DO REGIME DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços será no regime indireto, na modalidade de **empreitada por preço global**.

4. DA DOTAÇÃO

- a) Os recursos para a execução do objeto onerarão a dotação^o. 19.10.27.812.3017.1.896.4.490.39.00 constante da Nota de Reserva n^o. 47.659, do orçamento vigente.
- b) Quando o prazo contratual abranger mais de um exercício financeiro, será observado o princípio da anualidade.

5. DO ORÇAMENTO DA PMSP

- a) Valor do orçamento de custos básicos: **R\$274.575,66 (duzentos e sessenta e quatro mil quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta e seis centavos)**;
- b) Valor das Despesas Indiretas 20,11%: **R\$ 55.217,17 (cinquenta e cinco mil duzentos e dezessete reais e dezessete centavos)**;
- c) Valor total: **R\$ 329.792,83 (trezentos e vinte e nove mil setecentos e noventa e dois reais e oitenta e três centavos)**.

6. DOS PREÇOS

- a) Tabela de Custos Unitários de Infraestrutura e de Edificações, com data base janeiro/2023.

7 - DA VISTORIA

Observar o modelo constante do **Anexo VII** do Edital.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O prazo para Recebimento Definitivo do Objeto do contrato, será mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.663/93.

Após o Recebimento Definitivo, a contratada deverá garantir o funcionamento do objeto da licitação pelo prazo de 01 (ano), fornecendo, se for o caso, todo o material, equipamentos e mão-de-obra necessários.

9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados em estrita observância ao Caderno de Encargos citado no Memorial Descritivo, que se encontra à disposição dos interessados no Departamento de Edificações, para aquisição ou consulta no portal da PREFEITURA, no endereço www.prefeitura.sp.gov.br, no site da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras – Licitações.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos no local estabelecido para a entrega dos envelopes – na Assessoria de Planejamento Estratégico da SEME, ou pelos telefones 3396-6405/6643, no horário das 10h00 às 16h00.

São Paulo, XXde julho de 2023.

FERNANDA RODGÉRIO COSTA
Presidenteda CPL – 01

ANEXO I – IMPRESSO PROPOSTA

Processo : **6019.2022/0003214-2**
Licitação : **Convite nº 06/SEME/2023**
Objeto : **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADOS NO CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA LOCALIZADO NA AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554, JARDIM NOSSA SENHORA DO CARMO, SÃO PAULO, SP, CEP 08270-460.**

1. A empresa, estabelecida na, pelo presente propõe executar o objeto licitado no processo acima referido pelo **valor totalde R\$**(.....), correspondente ao somatório:

Orçamento de Custos Básicos: R\$..... (.....)

(+) BDI (_____ %): R\$.....(.....)

2. A proponente declara que, por ser de seu conhecimento, submete-se a todas as cláusulas e condições constantes do edital referente à licitação acima referida, bem como às disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, Leis Municipais nºs 13.278/02 e 14.145/06, Decreto Municipal nº 44.279/03, e demais normas pertinentes, que integrarão o ajuste correspondente.

2.1. Declara, ainda, que cumpre plenamente os requisitos habilitatórios previstos no edital.

3. Declara, outrossim, que atende ao disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

4. Prazo de execução: _____ dias, corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Início

5. Prazo de validade da proposta: 60 dias corridos, a contar da sessão de abertura da licitação.

São Paulo, de de

Assinatura do representante legal da empresa

Nome:

R.G.:

Cargo:

Endereço:

ANEXO II

Assessoria de Planejamento Estratégico
MEMORIAL DESCRITIVO

Processo : **6019.2022/0003214-2**
Licitação : **Convite nº 06/SEME/2023**
Objeto : **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADOS NO CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA LOCALIZADO NA AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554, JARDIM NOSSA SENHORA DO CARMO, SÃO PAULO, SP, CEP 08270-460.**

1. Objetivo

O presente Termo de Referência objetiva definir diretrizes para pautar a contratação de obras a serem executadas nas dependências do **CDC Areão da Vila Carmosina**.

2. Objeto

Contratação de empresa de engenharia especializada para revitalização de alambrado no **CDC Areão da Vila Carmosina**.

3. Localização

O CDC Areão da Vila Carmosina está localizado à Av. Francisco Tranchesi, 554, Jardim Nossa Senhora do Carmo, São Paulo, SP, CEP 08270,460.

Os trabalhos serão executados nas áreas demarcadas, conforme mapa abaixo:

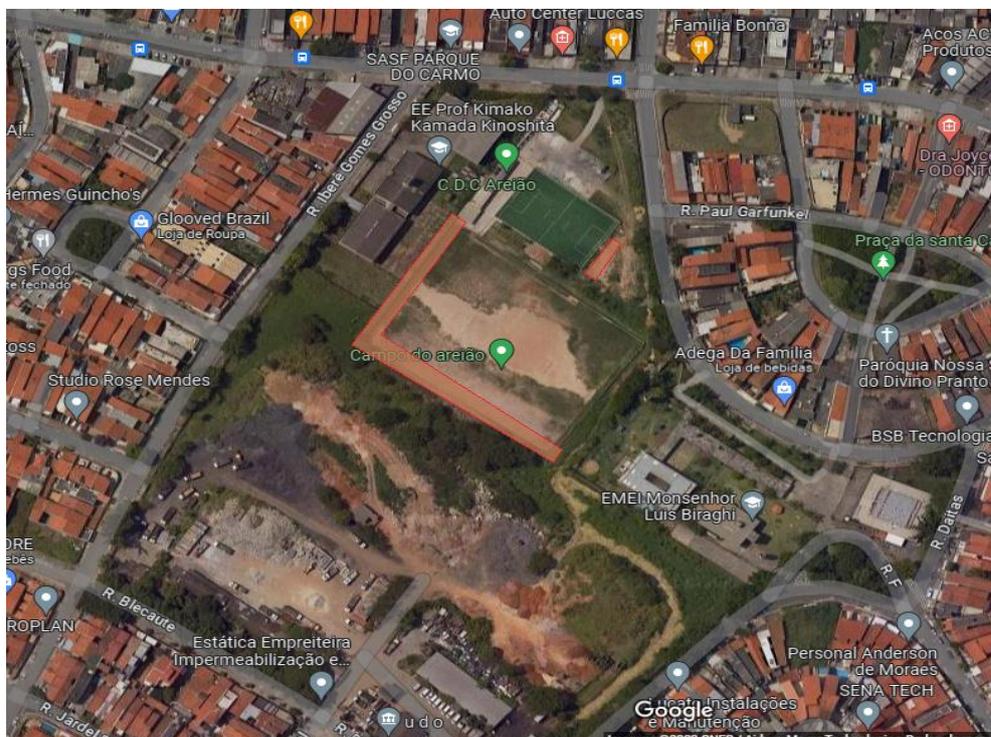


Figura 1 – Localização CDC Areão da Vila Carmosina

4. Justificativa

Esta Prefeitura entende a necessidade prioritária de revitalização de espaço público com revitalização de alambrado e implantação de ATI's.

5. Escopo do plano geral de ações

5.1. Instalações provisórias e de apoio

Isolamento e proteção das áreas objeto de intervenção, para garantir a integridade física dos frequentadores do espaço, entendendo-se que o restante do CDC manterá seu espaço aberto e rotina de atendimento ao público adaptado ao período de execução das melhorias pretendidas nesta ação de intervenção.

5.2. Serviços preliminares

Os serviços preliminares contemplam a instalação de canteiro de obras e isolamento de áreas com tapumes, telas e/ou fitas zebreadas para proteção das pessoas e delimitação de áreas objeto de intervenção.

- Executar a limpeza geral do local a ser executada requalificação, inclusive as demolições que venham a interferir na execução da obra;
- Deverá ser removido, pela empreiteira, todo o entulho proveniente das obras e restos da limpeza final;
- Deverá ser previamente submetido à aprovação formal da fiscalização: o local destinado a bota fora e a localização da jazida para importação de terra, quando necessário;
- Nenhum importe de terra, remoção de material resultante da limpeza do terreno ou remoção de entulho da obra poderá ser efetuado sem o prévio atendimento ao estabelecido no item acima;
- Deverá ser fornecido e instalado no início das atividades, placa de obra em chapa de aço;

5.3. Mureta e canaleta

Mureta

Mureta em blocos de concreto aparentes 14cm, conforme detalhe FV.08 EDIF/SIURB. Em toda extensão lateral do campo de futebol.

Canaleta

Canaleta "Meia Cana", em concreto, diâmetro 30cm, i=30cm, para captação de águas pluviais provenientes do talude, em toda extensão lateral do campo de futebol.

5.4. Alambrados

Alambrados em áreas indicadas em projeto

F.P.03 - ALAMBRADO P/ QUADRA DE ESPORTES, TIPO EDIF - GP.6 - TG/4,5M

Assessoria de Planejamento Estratégico

O serviço é considerado por m (metro linear) de alambrado executado, considerando-se sua extensão efetiva.

O custo unitário remunera o fornecimento de material e a execução do alambrado especificado, com tela galvanizada (malha de 2" e fio n.10), montantes de aço galvanizado (tubos classe leve I, diâmetros de 1 1/2" e 2 1/2") e conexões com espaçamento de 2,50m entre montantes, inclusive o cabo de aço e o concreto de chumbamentos sobre muro existente.

5.5. Administração local e projetos executivos de arquitetura.

Todas as intervenções devem estar previstas em projetos executivos a ser realizado pela empresa contratada;

Os arquivos devem ser fornecidos em mídia digital no formato DWG ou similar;

Os projetos devem contemplar as instalações elétricas e hidráulicas a serem executadas.

A administração contempla visitas constantes de Engenheiro responsável e encarregado pela obra.

6. Diretrizes gerais da obra

A área de intervenção deve ser isolada com tapumes e/ou telas de proteção, bem como estar devidamente sinalizada de modo garantir a segurança das pessoas que frequentam e trabalham no CDC;

O recebimento de materiais deve ser alinhado juntamente com a administração do clube, bem como o horário de trabalho durante o período em que a obra estiver ocorrendo;

Deverão ser utilizados materiais de primeira linha, a fim de evitar futuros problemas de manutenção causados pela qualidade e procedência duvidosa dos insumos aplicados;

Os trabalhos devem ser executados em conformidade as normas técnicas (NBRs), normas reguladoras (NRs), normas de segurança e demais legislações vigentes;

Todo entulho e resíduos gerados deverão ser removidos preferencialmente mecanicamente e manualmente por meio de caçambas e caminhões basculantes devidamente cadastrados no sistema municipal de controle de resíduos (AMLURB);

Os funcionários deverão estar devidamente identificados e utilizando uniforme e equipamentos de proteção individual (E.P.I.) adequados;

Deverão ser fornecidos ART (anotação de responsabilidade técnica) e/ ou RRT (relatório de responsabilidade técnica) de todos (as) os responsáveis técnicos (as) pelo acompanhamento da obra;

Os serviços devem ser acompanhados por engenheiros(as) e/ou arquitetos(as) da empresa contratada;

Qualquer alteração ou ajuste técnico deverá ser alinhado, aprovado e registrado pela equipe fiscalizadora designada antes da sua implementação executiva;

Assessoria de Planejamento Estratégico

Deverá ser fornecido cronograma de obras, bem como a programação das que possam influir direta ou indiretamente na programação do clube;

Qualquer dano causado às instalações existentes no complexo esportivo e lazer deverá ser prontamente reparado pela contratada;

Deverá ser elaborado livro de ordem.

7. Observações preliminares

Na execução da presente obra ou serviços, além das determinações deste Termo de Referência, deverão ser rigorosamente observadas as disposições constantes dos elementos técnicos e administrativos que integram o processo de obra, inclusive a planilha de orçamento elaborada com base nas tabelas de referência, bem como as normas e especificações pertinentes, estabelecidas pelos cadernos de EDIF e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Em caso de eventuais dúvidas, deverá ser consultada a equipe fiscalizadora designada para acompanhamento dos trabalhos para que a solução técnica seja aplicada de forma correta e dentro das normas aqui especificadas.

Na eventualidade deste termo de referência apresentar alguma omissão, deverão ser observadas as normas e especificações técnicas do caderno de EDIF/SIURB, sem que está se constitua em motivo para proposição de preços extraordinários além dos constantes na planilha de orçamento proposta pela contratada;

Os materiais empregados deverão ser de fabricação idônea, sem defeitos e, no que couber, em conformidade com parâmetros estabelecidos pela ABNT. No caso contrário, estes serão rejeitados, devendo ser retirados no prazo de 3 (três) dias, a partir da data da sua impugnação, ou os respectivos serviços demolidos e refeitos, sem nenhum ônus para Prefeitura Municipal de São Paulo.

Nos custos apresentados pela contratada, será considerado o fornecimento de todos os materiais, transporte e mão de obra necessários à correta execução dos serviços e obra contratada, bem como todas as taxas e ônus legais relativos às leis sociais trabalhistas (LST) de mão de obra direta e indireta;

Na taxa de B.D.I (Bonificação e Despesas Indiretas) ofertada pela contratada, a contratante considerará incluídas todas as despesas com administração central da obra e serviços, todos os impostos e taxas legais, lucro e risco presumido;

Sempre que a qualidade material ou equipamento ensejar dúvidas a fiscalização, esta poderá, a qualquer tempo, exigir da contratada a contratação de um laboratório especializado para que sejam efetuados exames e/ou ensaios do referido material, bem como exigir certificado de origem, correndo sempre essas despesas por conta da contratada;

Durante a execução da obra, a contratada deverá tomar todos os cuidados necessários no sentido de garantir proteção e segurança aos operários, técnicos e demais pessoas envolvidas direta e indiretamente com a execução dos serviços. O mesmo cuidado deverá ser tomado com relação a transeuntes no local;

A Contratada deverá, ainda, garantir estabilidade dos solos e edificações vizinhas, das redes de infraestrutura aéreas e subterrâneas localizadas no local e adjacências, além de garantir a integridade física de propriedades da Prefeitura

Municipal de São Paulo e de terceiros que, de alguma maneira, possam ser atingidos em qualquer etapa da obra ou serviços;

A contratada deverá proteger os exemplares arbóreos e arbustivos num raio de 1,50m da base do caule destes indivíduos;

Este termo de referência fará parte integrante do contrato, valendo seu inteiro teor como se nele estivesse efetivamente transcrito.

8. Segurança e Medicina do Trabalho

A CONTRATADA deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI;

A CONTRATADA deverá treinar e tornar obrigatório o uso de EPI;

O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da CONTRATADA;

Os funcionários deverão estar identificados por meio do uso de uniformes; A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade culposa quanto às legislações trabalhistas e previdenciária, bem como suas Portarias e Normas, nem quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores;

Deverão ser observadas pela CONTRATADA todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio da PMSP e de outrem, e aos materiais envolvidos nas obras e ou serviços;

Somente será autorizada a executar obras e/ou serviços para PMSP a CONTRATADA que possuir profissionais qualificados e que estejam instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho e apresentem estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas. Portanto os trabalhos nunca deverão ser executados sem que sejam analisados os riscos previstos, os sistemas de proteção individual e coletiva e estado geral das ferramentas e equipamentos utilizados;

A PMSP atuará objetivando o total cumprimento das normas, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso do não cumprimento das exigências da Lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso nas obras e/ou serviços;

A CONTRATADA deverá providenciar, de imediato, o atendimento das exigências da PMSP. Para casos específicos em que a fiscalização conceder prazo de 48 (quarenta e oito) horas para atendimento das exigências, as prorrogações dos referidos prazos não poderão ultrapassar 15 (quinze) dias para o atendimento completo;

Esgotado o prazo descrito no item anterior, a PMSP poderá promover as medidas cabíveis;

Cabe a CONTRATADA solicitar a PMSP a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidentes nas obras e/ou nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a perícia necessária;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

O perímetro do canteiro de obras deve estar devidamente cercado e sinalizado, de modo que apenas pessoas autorizadas possam adentrar na área em obras, visto que, o parque/ clube/ centro esportivo continuará em pleno funcionamento, estando aberto ao público durante o horário de seu funcionamento.

9. Critérios de Medição

Os critérios de medição e regulamentação específica de cada preço deverão obedecer às determinações contidas no caderno de critérios técnicos da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB, os detalhes executivos padronizados, os elementos de composição de preços unitários, em especial os publicados no D.O.C.

10. Prazo de Execução

O prazo de execução desses serviços será de até 180 (CENTO E OITENTA) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (O.S.).

11. Fotos da situação atual

	
<p>FOTO 01 – Trecho para construção de mureta, canaleta e instalação de alambrado h=2m</p>	<p>FOTO 02 – Trecho para construção de mureta, canaleta e instalação de alambrado h=2m</p>
	
<p>FOTO 03 – Trecho para construção de</p>	<p>FOTO 04 – Trecho para instalação de</p>

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

<p>mureta, canaleta e instalação de alambrado h=2m</p>	<p>alambrado</p>
	
<p>FOTO 05 – Trecho para instalação de alambrado</p>	<p>FOTO 06 – Foto aérea do local para instalação de ATIs.</p>

Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

ANEXO III

PLANILHA DE ORÇAMENTO DE CUSTOS BÁSICOS – estimativa da Prefeitura

Processo : 6019.2022/0003214-2
 Licitação : Convite nº 06/SEME/2023
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADOS NO CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA LOCALIZADO NA AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554, JARDIM NOSSA SENHORA DO CARMO, SÃO PAULO, SP, CEP 08270-460.

(Serviços Constantes da Tabela de Custos Unitários
 (Data base de janeiro de 2023))

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADO EM ESPAÇO PÚBLICO						
LOCAL: CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA						
ENDEREÇO: AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554 - JARDIM NOSSA SRA. DO CARMO, SÃO PAULO - SP, 08270-460						
ITEM	TABELA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QUANT.	TABELA EDIF	
					Janeiro 2023	
					Onerada	
					PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES				R\$ 15.403,07
17-30-02	EDIF	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	2,00	403,45	806,90
01-05-40	EDIF	TELA PARA PROTEÇÃO DE OBRAS, MALHA 2 MM	M2	91,20	28,23	2.574,58
01-05-02	EDIF	TAPUME CHAPA COMPENSADA RESINADA 10MM	M2	76,00	94,14	7.154,64
17-45-01	EDIF	ANDAIMES METÁLICOS - FORNECIMENTO	M3xMÊS	81,00	10,03	812,43
17-45-02	EDIF	ANDAIMES METÁLICOS - MONTAGEM E DESMONTAGEM	M3	162,00	7,16	1.159,92
01-01-08	EDIF	LIMPEZA MANUAL GERAL INCLUSIVE REMOÇÃO DE COBERTURA VEGETAL - TRONCO ATÉ 10CM - SEM TRANSPORTE	M2	120,00	5,47	656,40
01-01-07	EDIF	REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA METÁLICA, INCLUSIVE CARGA MANUAL E DESCARGA EM BOTA-FORA	M3	20,00	111,91	2.238,20
2.0		MURETA E CANALETA				R\$ 80.118,10
17-01-76	EDIF	FV.08 - MURETA DE BLOCOS DE CONCRETO	M	120,00	428,91	51.469,20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

15-50-04	EDIF	REMOÇÃO DE PINTURA EM ALVENARIA E CONCRETO - REMOVEDOR	M2	529,00	12,55	6.638,95
15-01-15	EDIF	TINTA ACRÍLICA - CONCRETO OU REBOCO SEM MASSA CORRIDA	M2	829,00	26,55	22.009,95
3.0		ALAMBRADOS				R\$ 158.714,28
17-60-95	EDIF	RETIRADA DE ALAMBRADO EM TELA INCLUSIVE ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO (FP.04)	M	71,50	56,42	4.034,03
17-01-41	EDIF	PP.20/24 - PORTÃO EM FERRO PERFILADO COM TELA, 1 FOLHA	M2	1,50	551,40	827,10
17-01-27	EDIF	FP.04 - ALAMBRADO EM TUBO GALVANIZADO E TELA GALVANIZADA H=2,00M	M	6,00	576,94	3.461,64
17-01-29	EDIF	FP.03 - ALAMBRADO PARA QUADRAS DE ESPORTE - GP.6/EDIF - TG/4,5M	M	165,50	908,71	150.391,51
4.0		ADMINISTRAÇÃO LOCAL E PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA				R\$ 20.340,21
20-03-61	EDIF	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1)	UN	1,00	3.358,71	3.358,71
20-03-59	EDIF	ENGENHEIRO DA OBRA	H	50,00	160,59	8.029,50
20-03-01	EDIF	COORDENADOR GERAL	H	20,00	447,60	8.952,00
				Sub-Total em R\$		274.575,66
				BDI sob o valor do sub-total		20,11% 55.217,17
				Total em R\$		R\$ 329.792,83

ANEXO III-A

**CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO – ESTIMATIVA DA PREFEITURA
(Data base de janeiro de 2023)**

Processo : **6019.2022/0003214-2**
 Licitação : **Convite nº 06/SEME/2023**
 Objeto : **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADOS NO CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA LOCALIZADO NA AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554, JARDIM NOSSA SENHORA DO CARMO, SÃO PAULO, SP, CEP 08270-460.**

CIDADE DE SÃO PAULO		CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO						
ESPORTES E LAZER								
OBJETO:		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADO EM ESPAÇO PÚBLICO						
LOCAL:		CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA						
ENDEREÇO:		AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554 - JARDIM NOSSA SRA. DO CARMO, SÃO PAULO - SP, 08270-460						
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	DIAS					
			30	60	90	120	150	180
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	15.403,07	3.850,77	2.310,46	2.310,46	2.310,46	2.310,46	2.310,46
			25%	15%	15%	15%	15%	15%
2.0	MURETA E CANALETA	80.118,10	24.035,43	24.035,43	24.035,43	8.011,81	-	-
			30%	30%	30%	10%	0%	0%
3.0	ALAMBRADOS	158.714,28	-	39.678,57	39.678,57	39.678,57	39.678,57	-
			0%	25%	25%	25%	25%	0%
4.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL E PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA	20.340,21	-	-	6.102,06	6.102,06	6.102,06	2.034,02
			0%	0%	30%	30%	30%	10%
SUBTOTAL		274.575,66	27.886,20	66.024,46	72.126,52	56.102,90	48.091,09	4.344,48
BDI:		20,11%	55.217,17	5.607,91	13.277,52	14.504,64	11.282,29	9.671,12
TOTAL		R\$ 329.792,83	R\$ 33.494,11	R\$ 79.301,98	R\$ 86.631,17	R\$ 67.385,20	R\$ 57.762,21	R\$ 5.218,16
VALOR ACUMULADO:			R\$ 33.494,11	R\$ 112.796,09	R\$ 199.427,26	R\$ 266.812,46	R\$ 324.574,67	R\$ 329.792,83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

ANEXO IV

DETALHAMENTO DO B.D.I

Processo : **6019.2022/0003214-2**
 Licitação : **Convite nº 06/SEME/2023**
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADOS NO CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA LOCALIZADO NA AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554, JARDIM NOSSA SENHORA DO CARMO, SÃO PAULO, SP, CEP 08270-460.

DISCRIMINAÇÃO	TAXA
1 – DESPESAS INDIRETAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS	0,00%
a) I.S.S	
b) PIS	
c) COFINS	
d) Outras - INSS	
2 – ADMINISTRAÇÃO	0,00%
a) Pessoal e reflexos (detalhar);	
b) Aluguéis;	
c) Móveis e utensílios;	
d) Veículo;	
e) Limpeza e conservação;	
f) Máquinas de escritório;	
g) Equipamentos e material administrativo;	
h) Material de expediente;	
i) Equipamentos de segurança;	
j) Manutenção e utilização das instalações de apoio;	
k) Veículos de socorro;	
l) Outras despesas (detalhar)	
3 – OUTRAS DESPESAS LOCAIS	0,00%
a) Licenças;	
b) Emolumentos;	
c) Taxas;	
d) Outros tributos	
4 – OUTRAS DESPESAS	0,00%
a) Consultorias;	
b) Honorários;	
c) Outras (detalhar)	
5 – DESPESAS FINANCEIRAS	0,00%
a) caução;	
b) Capital de giro.	
6 – BENEFÍCIO	0,00%
a) Lucro da empresa	
7 – CONTINGÊNCIAS	0,00%
TOTAL :	0,00%

Processo : **6019.2022/0003214-2**
Licitação : **Convite nº 06/SEME/2023**
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADOS NO CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA LOCALIZADO NA AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554, JARDIM NOSSA SENHORA DO CARMO, SÃO PAULO, SP, CEP 08270-460.

ANEXO V - CARTA DE CREDENCIAMENTO

Prezados Senhores,

A empresa _____, C.N.P.J. nº _____, com sede na _____ nº _____, no Município de _____, UF _____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, cargo, CREDENCIA o(a) Sr.(a) _____ R.G. nº _____, _____ (qualificação), domiciliado na _____, no Município de _____, para representá-la na licitação em referência, podendo, para tanto, interpor e desistir de recursos, tomar ciência e receber notificações, transacionar, assinar, ou declinar de assinar atos e documentos.

São Paulo, de _____ de 2023.

nome:
R.G.:
Cargo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

Processo : **6019.2022/0003214-2**
Licitação : **Convite nº 06/SEME/2023**
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADOS NO CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA LOCALIZADO NA AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554, JARDIM NOSSA SENHORA DO CARMO, SÃO PAULO, SP, CEP 08270-460.

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO ART. 7º, INC. XXXIII DA CF
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA TODAS AS LICITANTES)**

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). portado(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(Ressalva, se houver: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.)

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

Processo : **6019.2022/0003214-2**
Licitação : **Convite nº 06/SEME/2023**
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADOS NO CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA LOCALIZADO NA AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554, JARDIM NOSSA SENHORA DO CARMO, SÃO PAULO, SP, CEP 08270-460.

Anexo VII
ATESTADO DE VISTORIA

Atestamos para os devidos fins que a empresa _____, com sede à _____, CNPJ _____, devidamente representada pelo responsável técnico _____, CREA/CAU nº _____, devidamente autorizado pelo seu representante legal, Sr. _____, compareceu ao local onde serão realizados os serviços e/ou as obras referentes ao objeto da licitação, **CONVITE nº _____/SEME/2023** tendo realizado vistoria.

Assim sendo, para os fins que se fizerem de direito, firmamos o presente.

São Paulo, _____ de _____.

Representante Legal da Empresa

Engenheiro da SEME

Processo : **6019.2022/0003214-2**
Licitação : **Convite nº 06/SEME/2023**
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADOS NO CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA LOCALIZADO NA AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554, JARDIM NOSSA SENHORA DO CARMO, SÃO PAULO, SP, CEP 08270-460.

Anexo VII-A
ATESTADO DE AUSÊNCIA DE VISTORIA

Atestamos para os devidos fins que a empresa _____, com sede à _____, CNPJ _____, devidamente representada pelo responsável técnico _____, CREA/CAU nº _____, devidamente autorizado pelo seu representante legal, Sr. _____, não compareceu ao local onde serão realizados os serviços e está ciente de que não serão atendidas solicitações durante a execução da obra sob o argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho ou de dados deste projeto, bem como declara que tem pleno conhecimento das condições do local da realização do objeto da contratação.

Assim sendo, para os fins que se fizerem de direito, firmamos o presente.

São Paulo, _____ de _____.

Representante Legal da Empresa

Engenheiro da SEME

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

Processo : **6019.2022/0003214-2**
Licitação : **Convite nº 06/SEME/2023**
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADOS NO CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA LOCALIZADO NA AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554, JARDIM NOSSA SENHORA DO CARMO, SÃO PAULO, SP, CEP 08270-460.

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO – Materiais e Instalações de propriedade do licitante

(A ser apresentada em papel timbrado da empresa licitante)

DECLARAMOS, sob as penas da lei, que renunciamos parcial / totalmente à remuneração dos seguintes materiais e instalações de nossa propriedade, de acordo com o disposto no parágrafo 3º, do artigo 44, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores:

_____ R\$ -----
_____ R\$ -----

Carimbo do CNPJ:

São Paulo,

Nome:
R.G.:
Cargo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico
ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO nº. XXX /SEME/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6019.2022/0003214-2

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO- SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

CONTRATADA:

OBJETO:

VALOR: R\$. ().

LICITAÇÃO: Convite nº 06/SEME/2023

Pelo presente termo, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, neste ato representada pelo _____ da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Sr. _____, adiante designada simplesmente **PREFEITURA** e, de outro, a empresa _____ sediada na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato, representada pelo Sr(a). _____, RG nº _____, CPF nº _____ residente à _____, adiante designado(a) simplesmente **CONTRATADA**, de acordo com despacho homologatório exarado, emdoc. sei. _____ do processo administrativo nº _____, publicado no Diário Oficial do Cidade de São Paulo de __/__/__, resolvem as partes celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas disposições da Leis Municipais nºs 13.278, de 07 de janeiro de 2.002 e 14.145, de 07 de abril de 2006, Decretos Municipais nºs 44.279/2.003 e normas gerais da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto Contratual e seus elementos característicos

1.1. Constitui objeto deste a prestação de....., obrigando-se a CONTRATADA a executá-los de acordo com o Edital de Convite nºe seus anexos, especialmente, Memorial Descritivo e Proposta apresentada, que compõem o processo administrativo mencionado no preâmbulo, os quais passaram a integrar este instrumento.

1.2. Ficam também fazendo parte deste Contrato a Ordem de Início e, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ocorrer.

CLÁUSULA SEGUNDA

Do Regime De Execução

2.1. Os trabalhos serão executados no regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA

Do Valor do Contrato e Dos Recursos

3.1. O valor do presente Contrato é de R\$. (...).

3.2. As despesas correspondentes onerarão a dotação nº _____ orçamento vigente, suportada(s) pela(s) Nota(s) de Empenho nº (_____) no(s) valor(es) de R\$....(_____).

3.3. Quando o prazo contratual abranger mais de um exercício financeiro, será observado o princípio da anualidade orçamentária.

CLÁUSULA QUARTA

Dos Preços

4.1. O preço que vigorará no contrato deve incluir todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos fiscais, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita prestação do objeto deste Contrato, de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida.

4.2. Os preços oferecidos na proposta vencedora não serão atualizados para fins de contratação, a não ser, *excepcionalmente*, quando a mesma ocorrer após 01 (um) ano da sua apresentação, caso em que deverá ser utilizado o índice “Edificações em Geral”, da Tabela “Construção Civil”, publicado pela Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do artigo 4º, §4º, do Decreto nº 25.236/87.

CLÁUSULA QUINTA

Medição

5.1. A medição mensal das obras e/ou serviços executados deverá ser requerida pela Contratada, junto à Unidade Fiscalizadora, a partir do primeiro dia útil posterior ao período de execução dos serviços.

5.2. O valor de cada medição será apurado com base nas quantidades de serviços executados no período e aplicação dos preços contratuais.

5.2.1. As medições deverão ser visadas pela CONTRATADA, que em caso de divergência, declarará as razões de seu inconformismo, sendo certo que se procedente a reclamação, será a diferença apontada considerada na medição seguinte.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

5.3. A medição deverá ser liberada pela Fiscalização no máximo até o décimo quinto dia a partir do primeiro dia útil posterior ao período de execução dos serviços.

5.3.1. Em caso de dúvida ou divergência, a Fiscalização liberará para pagamento a parte incontestada da medição dos serviços executados.

5.4. No processamento da medição, nos termos da Lei nº 14.097 de 08 de dezembro de 2005a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar a Nota Fiscal Eletrônica, e será descontada a parcela relativa ao ISS – Imposto Sobre Serviços, nos termos da Lei nº 13.476, de 30 de dezembro de 2002relativa aos serviços executados, devendo ainda ser destacada, na descrição dos serviços, a retenção ao INSS, nos termos da Portaria INTERSECRETARIAL nº 002/2005, de 29 de abril de 2005. Fica o responsável tributário, independentemente da retenção do ISS, obrigado a recolher o imposto integral, multas e demais acréscimos legais na conformidade da legislação, eximida, neste caso, a responsabilidade do prestador de serviços.

5.5. A CONTRATADA deverá, ainda, no processo de medição, comprovar o pagamento das contribuições sociais, mediante a apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – e Informações a Previdência Social – GFIP – e a Guia de Previdência Social – CPS -, bem como da folha de pagamento dos empregados vinculados à Nota Fiscal Eletrônica mencionada no item 5.4.

5.6. A medição dos serviços somente será encaminhada a pagamento quando resolvidas todas as pendências, inclusive quanto a atrasos e multas relativas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA SEXTA

Do Pagamento

6.1. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S/A, indicada pela Contratada, em até 30 dias, conforme dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei 8.666/93.

6.2. Não haverá atualização ou compensação financeira até que normas editadas pelo Governo Federal venham a permiti-la.

6.3. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicará na aceitação dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA

Dos Prazos

7.1. O prazo de execução do objeto do presente contrato é de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Início.

7.2. Quando em atraso, a CONTRATADA será intimada a ativar os trabalhos, de forma a adequá-los ao prazo estipulado no subitem anterior, implicando a falta de atendimento à intimação a imposição da penalidade prevista neste Contrato.

7.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais.

CLÁUSULA OITAVA

Do Recebimento Do Objeto do Contrato

8.1. O objeto do contrato somente será recebido quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

8.2. A Fiscalização, ao considerar o objeto do contrato concluído, comunicará o fato à autoridade superior, mediante parecer circunstanciado, que servirá de base à lavratura do Termo de Recebimento Provisório.

8.3. O Termo de Recebimento Provisório deverá ser lavrado de ofício, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado e assinado pelas partes, dentro dos 15 (quinze) dias corridos que se seguirem ao término do prazo contratual, e/ou execução dos serviços contratuais.

8.4. A CONTRATADA se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços e obras que tenham vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.5. - O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado observando-se o disposto no artigo 73 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

8.5.1. O responsável técnico da Contratada poderá ser convocado, a qualquer momento, para resolução dos problemas oriundos do projeto, correção de detalhes construtivos, esclarecimentos de omissões, de falhas de especificações e outras, até a conclusão e recebimento definitivo das obras baseadas nos serviços objeto do Contrato.

8.6. A responsabilidade da Contratada pela qualidade e correção dos serviços elaborados, bem como, por sua adequação à legislação e às técnicas vigentes à época da sua execução, subsistirá na forma da lei, mesmo após seu Recebimento Definitivo, podendo ser convocada a qualquer momento para resolução de problemas oriundos dos trabalhos contratados.

CLÁUSULA NONA

Das Responsabilidades Das Partes

9.1. Compete à CONTRATADA:

- 9.1.1.** Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução da obras e/ou serviços, que deverão ser efetuados de acordo com o estabelecido nas normas do Edital de convite 06/SEME/2023, documentos técnicos fornecidos, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e a legislação em vigor, assim como pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos.
- 9.1.2.** Manter na direção dos trabalhos preposto aceito pela PREFEITURA.
- 9.1.3.** Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido neste Contrato e os que apresentem defeito de material ou vício de execução.
- 9.1.4.** Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, bem como por todas as despesas necessárias à realização dos serviços, custos com fornecimento de materiais, mão de obra e demais despesas indiretas.
- 9.1.5.** Responder pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho, devendo exigir de seus funcionários o uso dos equipamentos de proteção individual.
- 9.1.6.** Assumir integral responsabilidade pelos danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento pela PREFEITURA, do desenvolvimento dos serviços e obras deste Contrato.
- 9.1.7.** Fornecer, no prazo estabelecido pela PREFEITURA, os documentos necessários à lavratura de Termos Aditivos e de Recebimento Provisório e/ou Definitivo, sob pena de incidir em multa estabelecida neste instrumento.
- 9.1.8.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas por ocasião do procedimento licitatório.
- 9.1.9.** Manter, durante toda execução do contrato, os profissionais indicados, por ocasião da licitação, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, admitindo-se sua substituição, mediante prévia aprovação da PREFEITURA, por profissionais de experiência equivalente ou superior.

9.2. Compete à PREFEITURA, através da fiscalização:

- 9.2.1.** Fornecer à CONTRATADA todos os elementos indispensáveis ao início dos trabalhos.

- 9.2.2.** Esclarecer, prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA.
- 9.2.3.** Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA.
- 9.2.4.** Autorizar as providências necessárias junto a terceiros.
- 9.2.5.** Promover, com a presença da CONTRATADA, a medição dos serviços executados e encaminhar a mesma para pagamento.
- 9.2.6.** Transmitir, por escrito, as instruções sobre modificações de planos de trabalho, projetos, especificações, prazos e cronograma.
- 9.2.7.** Solicitar parecer de especialista em caso de necessidade.
- 9.2.8.** Acompanhar os trabalhos, desde o início até a aceitação definitiva, verificando a perfeita execução e o atendimento das especificações, bem como solucionar os problemas executivos.
- 9.2.9.** Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que o regem.

CLÁUSULA DÉCIMA

Das Penalidades

10.1. Além das sanções previstas no Capítulo IV, Seções I e II, da Lei Federal 8.666/93, e na Lei Municipal nº 13.278/02, regulamentada pelo Decreto nº 44.279/03, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas, cujo cálculo tomará por base o valor contratual reajustado nas mesmas bases deste Contrato:

- 10.1.1.** Multa, por dia de atraso, no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Contrato: 0,5% (meio por cento) sobre o valor contratual;
- 10.1.2.** Multa pelo descumprimento de cláusula contratual ou de especificações técnicas constantes do Memorial Descritivo: 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor contratual;
- 10.1.3.** Multa por desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato: até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor contratual;
- 10.1.4.** Multa pela inexecução parcial do contrato: até 10% (dez por cento) sobre o valor contratual;
- 10.1.5.** Multa pela inexecução total do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual;

10.2. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

10.3. O valor da multa será atualizado monetariamente, nos termos da Lei 10.734/89, Decreto 31.503/92, e alterações subsequentes.

10.4. As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a que tiver direito a CONTRATADA, sem prejuízo de eventual cobrança judicial.

10.5. A CONTRATADA estará sujeita, ainda, às sanções penais previstas na Seção III, do Capítulo IV, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Rescisão

11.1. Sob pena de rescisão automática, a CONTRATADA não poderá transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem consentimento expresso da PREFEITURA.

11.2. Constituem motivos para rescisão de pleno direito deste Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aqueles previstos no artigo 78 e incisos da Lei Federal nº 8.666/93 e parágrafo único do artigo 29 da Lei Municipal n. 13.278/02.

11.3. Na hipótese de rescisão administrativa, a CONTRATADA reconhece, neste ato, os direitos da PREFEITURA, previstos no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Das Alterações Do Contrato

12.1. A CONTRATADA se obriga a aceitar, pelos mesmos preços e nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que lhe forem determinados, nos termos da Lei Municipal 13.278/02 e alterações posteriores, Decreto nº 44.279/2003, acolhidas as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

12.2. No caso de supressões, os materiais adquiridos pela CONTRATADA e postos no local dos trabalhos serão pagos pelos preços de aquisição, devidamente comprovados.

12.3. A execução dos serviços extracontratuais só deverá ser iniciada pela CONTRATADA quando da expedição da respectiva autorização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Da Força Maior e Do Caso Fortuito

13.1. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, impeditiva da execução do contrato, poderá ensejar, a critério da PREFEITURA, suspensão ou rescisão do ajuste.

13.2. Na hipótese de suspensão, o prazo contratual recomeçará a correr, pelo lapso de tempo que faltava para sua complementação, mediante a expedição da Ordem de Reinício.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
ANTICORRUPÇÃO**

14.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá: oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DA GARANTIA**

15.1. Em garantia ao perfeito cumprimento de todas as obrigações previstas neste contrato, a CONTRATADA prestou garantia no valor R\$_____, conforme formulário nº _____.

15.2. A garantia prestada poderá ser substituída, mediante requerimento da CONTRATADA, respeitadas as modalidades previstas no Edital.

15.3. Recebido definitivamente o objeto deste Contrato, a garantia prestada será, mediante requerimento, devolvida à CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
RELACIONADOS À FORMALIZAÇÃO E À EXECUÇÃO DESTE AJUSTE**

16.1. A Contratada obriga-se a tratar como “segredos comerciais e confidenciais”, e não fazer uso comercial de quaisquer informações relativas aos serviços ora ajustados, utilizando-os apenas para as finalidades previstas, não podendo revelá-los ou facilitar sua revelação a terceiros.

Assessoria de Planejamento Estratégico

16.2. As obrigações de confidencialidade previstas acima estendem-se aos funcionários, prestadores de serviços, prepostos e/ou representantes da Contratada.

16.3. A obrigação anexa de manter confidencialidade permanecerá após o término da vigência deste ajuste e sua violação ensejará aplicação à parte infratora de multa, sem prejuízo de correspondente imputação de responsabilidade civil e criminal.

16.4. Quaisquer tratamentos de dados pessoais realizados no bojo do presente ajuste, ou em razão dele, deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, e de normas complementares expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e pela SEME.

16.5. Havendo necessidade de compartilhamento de dados pessoais no contexto deste ajuste, serão transferidos somente os dados estritamente necessários para a perfeita execução do objeto acordado, os quais deverão ser utilizadas estritamente para tal fim.

16.6. O compartilhamento de dados, quando necessário, dar-se-á sempre em caráter sigiloso, sendo vedado à Contratada transferir, ou de qualquer forma disponibilizar, as informações e os dados recebidos da SEME a terceiros, sem expressa autorização da SEME.

16.7. No caso de transferência de dados a terceiros, previamente autorizada pela SEME, a Contratada deverá submeter terceiros às mesmas exigências estipuladas neste instrumento, no que se refere à segurança e privacidade de dados.

16.8. A Contratada deverá eliminar quaisquer dados pessoais recebidos em decorrência deste acordo, sempre que determinado pela SEME, e com expressa anuência da SEME, nas seguintes hipóteses:

- a) caso os dados se tornem desnecessários;
- b) se houver o término de procedimento de tratamento específico para o qual os dados se faziam necessários;
- c) ocorrendo o fim da vigência do ajuste.

16.9. A Contratada deverá adotar e manter mecanismos técnicos e administrativos de segurança e de prevenção, aptos a proteger os dados pessoais compartilhados contra acessos não autorizados e contra situações acidentais ou ilícitas que envolvam destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, obrigando-se a proceder às adequações demandadas pela SEME, com o fim de resguardar a segurança e o sigilo dos dados.

16.10. A Contratada e a SEME deverão registrar todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas em razão deste ajuste.

16.11. A Contratada deverá comunicar à SEME, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ciência do fato, a ocorrência de qualquer situação que possa acarretar potencial ou efetivo risco ou danos aos titulares dos dados pessoais, e/ou que não esteja de acordo com os protocolos e com as normas de proteção de dados pessoais estabelecidos por lei e por normas complementares emitidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

16.12. A Contratada deverá disponibilizar à SEME todas as informações e documentos necessários para demonstrar o cumprimento das obrigações

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

estabelecidas nesta seção, permitindo e contribuindo, conforme conveniência e oportunidade da SEME, com eventuais auditorias conduzidas pela SEME ou por quem estiver por ela autorizado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
DO LIVRO DE ORDEM**

17. Nos termos da Resolução nº. 07/2016 do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, a CONTRATADA, deverá apresentar Livro de Ordem instituído pela Resolução nº. 1.027 de 21 de agosto de 2009, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA).

Disposições Finais

Elegem as partes o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir eventual controvérsia decorrente do presente ajuste, o qual preterirá a qualquer outro, por mais privilegiado que possa se afigurar.

E por estarem justas e contratadas, as partes apõem suas assinaturas no presente instrumento, perante duas testemunhas, que também assinam.

São Paulo, de de 2023.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria de Planejamento Estratégico

Processo : **6019.2022/0003214-2**
Licitação : **Convite nº 06/SEME/2023**
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE ALAMBRADOS NO CDC AREÃO DA VILA CARMOSINA LOCALIZADO NA AV. FRANCISCO TRANCHESI, 554, JARDIM NOSSA SENHORA DO CARMO, SÃO PAULO, SP, CEP 08270-460.

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA SITUAÇÃO DE MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

(Preenchimento em papel timbrado da empresa licitante)

_____ [nome da empresa],
_____ [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.)],
localizada (endereço completo) _____, inscrita
no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr.(a)
_____, [cargo] _____ [nome do representante legal],
portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº
_____, DECLARA, sob as penalidades do artigo 299 do Código
Penal, que se enquadra como :

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses descritas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06 e que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

Local, _____ de _____ de 2023.

(Assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)

Nome:

R.G.:

C.P.F.:

Cargo ou função